

PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO FORMAL NA AMÉRICA PORTUGUESA

Resenha: TOLEDO, Cezar e Alencar Arnaut de; RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto; SKALINSKI JR, Oriomar. *Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial*. V. 1. Prefácio: Ronaldo Vainfas. Maringá: Eduem, 2012, 319p.

Alfredo Pinto da Silva Júnior*

Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia
Bolsista CAPES.

Este livro apresenta 9 textos sobre os primórdios do processo de implantação da educação escolar no Brasil Colonial, nos quais são apresentados os resultados de investigações que privilegiam fontes primárias e novos enfoques para o desenvolvimento desta complexa temática. A diversidade de abordagens fortalece o propósito do livro, que é a revitalização dos debates acadêmicos acerca das origens da educação brasileira bem como sobre suas fontes. A publicação é um dos resultados do Projeto “Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial: século XVI” (CAPES/PRODOC-UEM;PPE: 2010-2012).

Organizado e distribuído em nove capítulos que abordam a atuação no âmbito educacional de Ordens religiosas católicas no período colonial, esta obra discute as seguintes temáticas, com seus respectivos autores: “O início da colonização: o Brasil no contexto da Expansão Marítima Portuguesa (1415-1549)” – Piter Johann Mainka; “A educação franciscana na América: o caso mexicano” – José Joaquim Pereira Melo e Renan Willian Fernandes Gomes; “Os franciscanos e a primeira experiência missionário-educativa no Brasil Colonial (1538-1549)” – Tania Conceição Iglesias; “Características da educação nos colégios jesuíticos em Portugal e no Brasil no século XVI” – Célio Juvenal Costa e Priscila Kelly Cantos Men; “A *Ratio Studiorum* e os fundamentos de uma cultura escolar na Europa e no Brasil” – Margarida Miranda; “Notas sobre a ação pedagógica da Companhia de Jesus no Brasil de 1549 a 1599” – Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro

*Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Mestrando em História Social no PPGH-UFBA. Email: alfredojr20@hotmail.com.

e Camila Nunes Duarte Silveira; “A racionalidade da espiritualidade inaciana e sua contribuição para a educação escolar na modernidade” – C  zar de Alencar Arnaut Toledo e Oriomar Skalinski Junior; “A escola colonial entre os itatim” – Neimar Machado, Amarílio Ferreira Junior e Antonio Jac   Brand; “A Ordem beneditina entre a educa  o e a política no século XVI” – C  zar de Alencar Arnaut de Toledo e Marcos Ayres Barboza. Cabe salientar que nesta obra os autores se propõem a analisar e problematizar alguns aspectos políticos, sociais, econ  micos e religiosos que estiveram imbricados no processo de implanta  o da educa  o formal no Brasil.

Já no Prefácio deste trabalho, o historiador Ronaldo Vainfas inicia enfatizando a incompreensível escassez de trabalhos historiográficos no Brasil concernentes    História da Educa  o, uma vez que, segundo ele, a história tem tudo a ver com a educa  o, e em seus programas acadêmicos prioriza as licenciaturas. A respeito deste “desinteresse historiográfico” pela educa  o, o historiador lusitano Federico Palomo destaca que a escassez de trabalhos acerca de temas da educa  o    verificável t  mb  m em Portugal, contando com “escassas repercussões no contexto historiográfico ibérico, tal como, em geral, a aten  o dada ao envolvimento de outros institutos religiosos nos processos e nas institui  es pedagógicas do período moderno”.¹

Vainfas destaca t  mb  m que dentre os poucos trabalhos acadêmicos que versam sobre a educa  o no contexto do Brasil Colonial, parte considerável destes aborda as discussões das ideias e práticas pedagógicas da Companhia de Jesus, por ter sido esta a principal   g  ncia educativa do Brasil e de Portugal até as reformas pombalinas da segunda metade do século XVIII. Embora muitos destes trabalhos não negligenciem a atua  o de outras Ordens religiosas no processo de consolida  o da educa  o formal no Brasil Colônia, t  mb  m nesta obra a maior parte dos capítulos aborda a pedagogia jesuíta. Nestes termos, C  zar de Alencar Arnaut de Toledo e Marcos Ayres Barboza explicam essa tendência no último capítulo desta obra: “ocorre que a documenta  o sobre a a  o dos jesuítas    mais farta e de fácil acesso em compara  o com os beneditinos, franciscanos, carmelitas, carmelitas descalços ou capuchinhos”. (p. 287)

Nesta perspectiva, faz-se necessário sublinhar que a presença das Ordens religiosas foi fundamental para o desenvolvimento e cristaliza  o da educa  o formal no contexto do Brasil Colônia. Assim, na apresenta  o desta obra, os organizadores explicitam que o

¹ PALOMO, Federico. **Fazer dos Campos Escolas Excelentes: Os Jesuítas de   vora e as Missões do Interior em Portugal (1551-1630)**. Funda  o Calouste Gulbenkian. Funda  o para a Ciência e a Tecnologia, 2003, p. 19.

objetivo consiste em tecer “um panorama das origens da educação escolar no Brasil”, mediante a apresentação de trabalhos que discutem, principalmente, a contribuição das várias Ordens religiosas presentes na América Portuguesa no século XVI. Essas discussões privilegiaram as especificidades de cada Ordem, sua história, sua visão de mundo e sua forma de atuar, de modo que possamos perceber a peculiaridade com que cada uma delas tratou a questão da educação na Europa e nas Américas.

De forma bastante pertinente e clara, os organizadores salientam que, como o próprio título destaca, os textos abordam as origens da educação formal, pois não podemos desconsiderar que antes da chegada das Ordens religiosas havia várias sociedades ameríndias que possuíam suas próprias práticas educativas domésticas e sociais, não-escolarizadas.² Deste modo, pode-se aferir que cada sociedade elabora e adota determinados “sistemas educativos” a fim de atender demandas sócio-políticas ou mesmo religiosas de formação de seus indivíduos a partir de alguns padrões de comportamento.

Ora, uma observação possível no decorrer da obra é o fato de alguns textos tenderem, aparentemente, mais a uma “reivindicação do pioneirismo” de atuação de uma Ordem em detrimento de outras do que uma mera apresentação de especificidades e contribuições de cada Ordem religiosa católica para o processo de implantação da educação formal no Brasil Colônia, embora seja este último o objetivo pretendido e apresentado pelos organizadores da obra.

Representativas desta tendência são as constantes menções que parecem reclamar um lugar – como se houvesse tal necessidade – para a Ordem franciscana como “a primeira e o protótipo” a desenvolver atividades missionário-educativas nas Américas. Como no capítulo 2 que versa sobre a educação franciscana no México, onde os autores José Joaquim Melo e Renan Gomes salientam em vários momentos que é necessário colocar “o bom êxito alcançado pelos missionários franciscanos em suas escolas/internatos, o que foi objeto de imitação por parte de outras Ordens.” (p. 97)

Podemos mencionar também, as colocações de Tania Conceição Iglesias no capítulo 3, que já no título, “Os franciscanos e a primeira experiência missionário-educativa no Brasil colonial”, sublinha a relevância de reconhecer que os franciscanos espanhóis foram os primeiros a desenvolver uma experiência de educação escolar em terras brasileiras, mais especificamente no litoral sul-catarinense de 1538 a 1549, portanto, antes

²COSTA, Joicy Suely Galvão da; LIMA, José Gillaucio Smith Avelino de. Educação Jesuítica e Dualidade Social: um olhar sobre as práticas educativas formais no Brasil Colônia. In: **Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9, n. 24, set/out. 2008, p. 01.

da chegada dos jesuítas: “em síntese, a presença e a atuação dos frades espanhóis na educação dos índios na região Sul do Brasil, é um fato que extrapola a análise no campo religioso da contenda histórica das Ordens sobre a primazia no trabalho de evangelização no Período Colonial.” (p. 132)

No capítulo 6, sobre a ação pedagógica da Companhia de Jesus, as autoras Ana Palmira Casimiro e Camila Silveira, embora reconheçam e apresentem outras Ordens religiosas como responsáveis pela conversão e educação no Brasil Colônia, concluem que os jesuítas desenvolveram uma pedagogia “mais eficiente”:

Apesar de não ter exclusividade sobre o ensino no Brasil, tendo em vista que outras ordens também importantes estiveram aqui trabalhando na conversão dos gentios, a Companhia de Jesus deteve papel central nesse processo. Assim, além da Companhia de Jesus, outras ordens religiosas também foram responsáveis por segmentos da educação colonial, como as ordens das carmelitas, mercedários e franciscanos. Mas, a Companhia de Jesus conquistou mais segmentos do espaço colonial do que as demais ordens e, com uma organização escolar mais eficiente, além de liderar o movimento missionário, teve colégios espalhados por todo o Brasil e atuou por 210 anos até a sua expulsão em 1759. (p. 210-211)

Obviamente, não trata-se de aferir que a comparação não possa acontecer como forma de aperfeiçoar e facilitar a análise, mas como os organizadores da obra destacam, é inegável que os jesuítas conquistaram, se expandiram territorialmente e assumiram por mais tempo o desenvolvimento da educação formal na Europa, no Brasil e em outras colônias européias, também em outros continentes; o que não diminui em nada a relevância da atuação missionário-educativa de outras Ordens religiosas neste contexto. Deste modo, mais do que comparar ou “disputar” pioneirismo, o que enriquece o estudo e discussão historiográfica é, indubitavelmente, a apresentação e análise das peculiaridades da pedagogia e da forma de atuação desenvolvida por cada Ordem neste processo de implantação da educação escolar no Brasil Colônia.

No que diz respeito a uma análise mais detida das produções sobre a Companhia de Jesus neste livro, podemos, a princípio, considerar a determinante influência que a educação desempenhou na identidade e missão da própria Ordem. Ainda que não figurassem entre os ministérios e objetivos primeiros dos jesuítas, a educação tornou-se uma das principais áreas de atuação missionária dos inacianos. Logo, os colégios foram

uma espécie de “marca registrada” desta Companhia, que obteve importante destaque no cenário educacional, especialmente no Brasil cujos métodos de ensino, aplicados durante dois séculos, constituíram a principal marca da História da Educação brasileira. Como explicita o historiador John O’Malley, em sua obra “Os Primeiros Jesuítas”: “os colégios influenciaram muito significativamente a cultura dos jesuítas. Os jesuítas foram a primeira ordem religiosa da Igreja Católica a se lançar na educação formal como um ministério maior. Tornaram-se uma “ordem de ensino”.³

Referindo-se a aplicabilidade do método pedagógico geral dos jesuítas – a *Ratio Studiorum* – na Europa e no Brasil, no capítulo 5, a autora Margarida Miranda expõe que a orientação era que o ensino ministrado pela Companhia de Jesus fosse gratuito, com o objetivo de alcançar a todos, abrindo “as portas dos colégios a todas as classes sociais”, e iniciando o processo do que ela chamou de “democratização do ensino” (p.177). Não obstante, como “exceção” ou mera negligência no texto de Miranda, é relevante observarmos o Seminário de Belém da Cachoeira, colégio de educação secundária, construído e administrado pelos jesuítas no Recôncavo da Bahia no período de 1686 a 1759.

Instituição fundada na segunda fase da educação jesuítica, considerada mais aristocrática, no Seminário de Belém não eram admitidos alunos de todos os segmentos sociais e étnicos, uma vez que, segundo o Regulamento, não deveriam ser aceitos índios, negros, mulatos ou mestiços. Além disso, tratava-se de uma instituição em regime de internato que não se voltava à formação clerical e na qual os pais dos alunos teriam que pagar uma pensão anual. Segundo o historiador Fabricio Lyrio Santos, em seu artigo “A presença jesuíta no Recôncavo da Bahia”, o Colégio de Belém distinguia-se deste padrão administrativo de ser gratuito e cobrava uma pensão das famílias de seus seminaristas. Deste modo, o custeio estabelecido para o sustento de cada aluno “era de aproximadamente 35.000 réis anuais, os quais deviam ser pagos em dinheiro, embora em alguns casos também se pudesse aceitar o pagamento em açúcar, farinha ou carne”.⁴

O historiador jesuíta Serafim Leite salienta que a proposta inicial do dito Seminário era de ser gratuito, como a maioria das instituições educacionais administradas pela Companhia de Jesus, mas devido ao seu caráter de internato, surgiu a necessidade de se

³ O’MALLEY, John W. **Os Primeiros Jesuítas**. Tradução: Domingos Armando Donida. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 35-36.

⁴ SANTOS, Fabricio Lyrio. *A Presença Jesuíta no Recôncavo da Bahia*. In: **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, vol.I, 2007, p. 32.

garantir recursos financeiros para a manutenção dos professores e alunos deste Colégio: “A situação, tal como se apresentava, não favorecia, nem consentia que se mantivesse na sua integridade a idéia primitiva de ser Seminário sem recursos certos. E surgiu a necessidade de se buscarem nos próprios alunos, esses recursos certos, e a idéia evoluciona para filhos de pais honrados e nobres, pagando cada qual uma pensão, aliás módica”.⁵

Não obstante, considerando que a realidade do Brasil Colônia era diferente da européia, e diante da ajuda real insuficiente e das terras sem produção, a Companhia buscou soluções para conquistar a autossuficiência para desempenhar o seu projeto. Assim, segundo Casimiro e Silveira, outros meios foram criados pelos padres inicianos para manterem seus colégios, inclusive a construção e administração de engenhos e a posse de escravos. Nesta perspectiva, também o historiador Paulo de Assunção, em seu trabalho “Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos”, sublinha que “ao chegar à terra dos brasis, algumas práticas dos membros da Companhia de Jesus se modificaram segundo a necessidade da integração colonial”, inclusive a efetiva inserção no âmbito econômico.⁶

Por conta da suposta necessidade de lidar com a administração colonial para desenvolver seu trabalho missionário, surgiu no interior da própria Ordem jesuíta a polêmica em torno da possibilidade de conciliar a posse de bens materiais com o voto de pobreza feito pelos inicianos. Como explicitam Alencar Arnaut Toledo e Oriomar Skalinski Junior, os jesuítas poderiam ser chamados de “missionários-colonos”, atuando nessa espécie de “administração temporal dos bens divinos”. Logo, embora fossem ações do mundo temporal, teriam como fim último “a maior glória de Deus” por meio da concretização do projeto missionário-educacional da Companhia de Jesus na América Portuguesa. (p. 262)

Outro aspecto relevante a ser problematizado, é que em alguns momentos os textos parecem generalizar ou estabelecer um “modelo pedagógico geral” dos jesuítas para a experiência educacional formal no Brasil colonial. Por exemplo, mencionando repetidamente aspectos comuns entre o Colégio da Bahia – o primeiro dos jesuítas em terras brasileiras – e o Colégio de São Vicente – em São Paulo –, como se pudessem resumir e sistematizar as características gerais da experiência educacional dos inicianos.

⁵ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006, Tomo V, p. 168.

⁶ ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 151.

Casimiro e Silveira colocam que “em 1551, a escola da Bahia constituiu a primeira Confraria dos Meninos de Jesus e acomodava alunos órfãos, índios e mamelucos: além dos alunos internos, freqüentavam também as aulas de ler escrever alguns externos, filhos dos colonos portugueses” (p. 218-219). E sobre o Colégio de São Vicente, citando o trabalho de Luiz Alves de Mattos, “Primórdios da Educação no Brasil: O período Heróico (1549-1570)”, Casimiro e Silveira destacam que: “os recolhimentos funcionavam também como externatos para os filhos dos colonos brancos dos povoados e suas portas estavam abertas para ‘todos quanto neles quizessem aprender’. Os brancos sentavam-se nos mesmos bancos e freqüentavam as mesmas aulas que curumins indígenas e os mamelucos”. (p. 221)

Ora, faz-se necessário demarcar e sublinhar o contexto de cada momento vivenciado pelos jesuítas em sua experiência pedagógica na América Portuguesa, pois, cabe-nos apresentar alguns aspectos peculiares ao Seminário de Belém da Cachoeira que o diferencia das outras instituições educacionais jesuíticas. Deste modo, as normas de admissão de estudantes no Colégio de Belém, estabelecidas no Regulamento próprio desta instituição, são bastante precisas e elucidativas do caráter aristocrático da educação ministrada nesta instituição. Sobretudo, porque a educação voltava-se à formação dos filhos dos colonos e excluía, terminantemente, os meninos dos demais estratos sociais, principalmente por questões étnico-raciais: “Dos que pretendem entrar no Seminário, se hão-de tirar as informações, acêrca dos costumes, e da pureza do sangue: excluindo totalmente os que têm qualquer mácula de sangue judeu, e até o 3º grau inclusive os que têm alguma mistura de sangue da terra, a saber, de índios ou de negros mulatos ou mestiços.”⁷

Diferentemente dos outros colégios aqui apresentados, o Seminário de Belém, pelo menos em seu Regulamento, contrariava o motivo principal pelo qual o rei português enviou e financiou a missão jesuíta, que foi a conversão dos índios e a formação de todos os habitantes da colônia. Eis como Dom João III justifica a presença portuguesa no Brasil no Regimento de Tomé de Souza: “Porque a principal cousa que me moveo a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi pêra que a jente dela se convertesse a nossa santa fee católica.”⁸

Não obstante, independente das orientações pedagógicas adotadas e implementadas, ao desenvolver seu trabalho missionário, os jesuítas implantaram o embrião do processo

⁷ LEITE, **Op. Cit.**, p. 182-183.

⁸ CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios do Brasil 1580-1620**. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 17.

educacional formal no território colonial. É preciso mencionar ainda que a educação, nos colégios ou nos aldeamentos, foi um aparato importantíssimo para a concretização da missão jesuíta de converter os índios e formar bons cristãos entre os colonos. A partir desta perspectiva, pode-se indagar os reais objetivos pedagógicos e peculiaridades do Seminário de Belém da Cachoeira, que “incluía entre os excluídos” os índios, que outrora foram apresentados como motivação primeira e principal para a vinda dos missionários da Companhia de Jesus.

Não obstante, faz-se necessário enfatizar que tais problematizações não afetam ou diminuem a importância e contribuição desta obra, mas pelo contrário permite uma leitura mais crítica e a possibilidade de novas pesquisas acerca da educação no período colonial. Este trabalho é relevante e recomendável principalmente para os que pretendem enveredar nos estudos concernentes à História da Educação nas Américas. Ele é pertinente – e até mesmo indispensável – a todos os que desejam se debruçar sobre a discussão acerca do processo de construção e consolidação da educação formal no Brasil Colonial e, conseqüentemente, da atuação missionário-educativa de Ordens religiosas católicas na Europa e nas Américas.

Em síntese, a relevância desta produção demarca o esforço conjunto de diferentes pesquisadores da História da Educação para apresentar as diferentes perspectivas e abordagens possíveis para novas pesquisas sobre a temática. Pois, é necessário ponderar que estudar a educação é, ainda que indiretamente, tecer um olhar crítico sobre o modelo de homem e de sociedade pretendido neste complexo processo de formação, a partir dos objetivos – implícitos e explícitos – da formação humana e intelectual de cada indivíduo. Assim, considerando a escassez de trabalhos acadêmicos que se dedicaram ao estudo da Educação, esta obra é um incentivo e consegue nortear as discussões sobre a importância da História da Educação, possibilitando uma melhor compreensão acerca da influência dos âmbitos social, político, econômico e até mesmo religioso sobre o sistema educacional nos diferentes contextos sociais e momentos históricos.